

Imperialismo dos EUA: Hegemonia econômica e poder militar

ELLEN MEIKSINS WOOD¹

Antes da última guerra no Iraque, alguém que acusasse os Estados Unidos de imperialismo provavelmente se depararia com a objeção de que os EUA não ocupam territórios coloniais em nenhuma parte do mundo. Agora, diante da ocupação ostensiva do Iraque, de repente tudo parece ter mudado. Talvez ocorresse dizer que a ocupação do Iraque representa a maior reviravolta na política externa estadunidense, desde a II Guerra Mundial – e muitos críticos disseram exatamente isto. Por certo, os EUA parecem retornar a um tipo anterior de dominação colonial direta e romper com o padrão, que antes preferiam, de evitar envolvimento colonial. Mesmo se levarmos em conta todas as exibições mais abertas de imperialismo por parte dos EUA no último meio século, todas as guerras locais nas quais eles estiveram envolvidos no terceiro mundo, todos os esforços, clandestinos ou não, de mudança de regimes na América Latina e alhures, no cômputo geral, parece verdade que o imperialismo dos EUA não foi do antigo tipo colonial. O que Bush hoje faz aparece, de fato, como uma dramática ruptura com o passado do pós-guerra. Contudo, não estou totalmente convencida disso tudo.

Certamente, não pretendo negar que Bush & cia. tenham levado as coisas a extremos insanos, o que provavelmente é contraproducente, especialmente quando o presidente norte-americano solapa um dos pilares do imperialismo estadunidense: a influência sobre seus aliados. Os direitistas radicais do regime de Bush empregam seguramente o poder militar norte-americano de formas novas e excessivas, que já se mostram insustentáveis. Entretanto, não estou certa de que Bush represente uma ruptura tão importante. Por duas razões. A primeira é que

¹ Historiadora e cientista política; autora, entre outros, de *As origens do capital e A democracia contra o capitalismo*. Texto de uma palestra, cedido especialmente para *Crítica Marxista*. Traduzido por Fernando Ferrone. Revisão técnica de João Roberto Martins Filho.

mesmo este regime preferiria ficar longe dos problemas coloniais e retornar a um imperialismo de tipo não-colonial. Digo isto não porque acredite que essa gente tenha um mínimo de decência ou compromisso com a democracia. Essa idéia é ridícula. A questão é que o imperialismo não-colonial é muito menos arriscado e custoso, além de ser muito mais rentável. Se os EUA podem usar seu maciço poder para dirigir a economia mundial, amparado pela ameaça de sua superioridade militar avassaladora, por que iriam se atolar numa dominação de tipo colonial?

O que está ocorrendo no Iraque pode servir para reforçar o argumento. As dificuldades que os EUA estão provocando com essa invasão poderia simplesmente confirmar que uma ocupação de longo prazo não era realmente o que eles previam. Como muita gente já disse, o governo Bush tinha a esperança de imediatamente decapitar o regime, deixando o Estado iraquiano basicamente intacto – com uma liderança menos desastrada e mais submissa – e com as empresas estadunidenses incrustadas na economia. Essa seria certamente a estratégia preferível, ainda que aventuras imperialistas dessa natureza teimem em dar errado e em criar seus próprios imperativos.

Minha segunda razão para rejeitar a idéia de que o regime Bush represente uma ruptura crucial com a anterior política externa dos EUA é que não é possível encontrar sentido no que está ocorrendo, a não ser contra o pano de fundo do que ocorreu antes. O ponto mais óbvio é o seguinte: Bush não poderia fazer o que tem feito se os EUA não tivessem construído seu massivo poderio militar, por décadas, com a intenção explícita de se tornar a mais poderosa potência militar do mundo. É verdade que o governo Bush tem sido notavelmente cândido sobre suas intenções de exercer uma hegemonia global inquestionável. Chegou mesmo a produzir documentos que diziam isso com todas as letras, em especial o documento sobre Estratégia de Segurança publicado em setembro de 2002, que deixa inequivocamente claro que o alvo é alcançar um poderio militar tão superior a qualquer outro, que nenhum outro Estado – amigo ou inimigo – sonhasse em desafiar os EUA, enquanto potência mundial ou mesmo regional.

Mas o que há de tão diferente nisso? Outros governos talvez não fossem tão inequivocamente claros. Mas o projeto Bush teria sido um castelo no ar se os EUA não tivessem criado uma força militar que, segundo alguns padrões, é maior e mais poderosa do que todas as outras reunidas – não apenas maior e mais poderosa do que algum concebível inimigo isolado, ou mesmo todos os inimigos somados, mas – e isto talvez seja o mais importante – maior e mais poderosa que todos os seus competidores amigos, isolados ou em conjunto.

A construção de um poder militar sem precedentes

O ponto é que esta maciça força militar não foi construída de modo desprezível, nem Bush se vale dela simplesmente porque ali está à sua disposição. Trata-se de uma questão de políticas e assim acontece há muito tempo. Suas políticas são certamente extremas e temerárias, mas podemos ver suas raízes naquilo que as precedeu. É possível ver sua ligação com o padrão de política estadunidense de pelo menos meio século, desde que os EUA embarcaram em seu projeto bifurcado de hegemonia global no final da II Guerra Mundial, quando o sistema de Bretton Woods efetivamente estabeleceu sua hegemonia econômica e sua supremacia militar foi exibida com as bombas atômicas em Hiroshima e Nagasaki.

Desde já é preciso afirmar que tudo isso não deve ser atribuído à antiga disputa dos EUA com a União Soviética. Não creio que os EUA construíram seu poder militar simplesmente para conter a União Soviética e manter sua posição num mundo bipolar que se desenvolveu após a II Guerra Mundial. A supremacia militar esmagadora foi, e continua sendo, central para a política externa estadunidense por motivos mais gerais, com ou sem a União Soviética. Assim, ainda temos que nos perguntar para que serve tudo isso.

À primeira vista, seria possível pensar que isso se explica em função da lógica que se impõe a todo e qualquer poder imperial. Não seria óbvio que qualquer Estado imperialista busque alcançar superioridade militar sobre todos os seus rivais em potencial? Não há dúvida acerca disso, caso ainda estivéssemos na era do imperialismo clássico, com suas colônias e suas típicas rivalidades interimperialistas. Afinal, quando o objetivo é ganhar controle direto sobre territórios coloniais e submeter povos, em detrimento de outras potências imperiais, quando o objetivo é a conquista de colônias e a derrota de Estados imperiais rivais, não há dúvida sobre o objetivo da superioridade militar. Mas é essa justamente a questão: o objetivo do poder militar dos EUA não foi, e creio que ainda não é, a conquista de territórios da maneira imperialista clássica.

Acredito que o império estadunidense foi o primeiro na história a obter êxito, ainda que relativo, ao impor sua hegemonia por meios econômicos. Em outras palavras, é o primeiro império verdadeiramente capitalista. Obviamente isto não significa que ele tenha sido a primeira potência capitalista a possuir um império. Esta duvidosa honra pertence aos britânicos. A Grã-Bretanha, ou melhor, a Inglaterra, já no fim do século XVI e no século XVII, experimentou novas formas de império, notavelmente na Irlanda, onde tentou criar uma nova forma de dependência econômica, não somente pela expropriação colonial, mas também pela transformação das relações sociais de propriedade irlandesas. Contudo, o Império Britânico nunca conseguiu efetivamente impor seu domínio principal-

mente sujeitando o mundo aos imperativos da economia capitalista. Basta olhar para a Índia, onde o império comercial britânico cedeu lugar ao domínio colonial direto, mais parecido com os impérios antigos de extração de tributos do que com uma nova forma de hegemonia econômica.

Assim, os EUA são o primeiro – e até aqui o único – império verdadeiramente capitalista, sustentado por sua hegemonia econômica e, em geral, avesso à dominação colonial direta. Contudo, é também a mais poderosa força militar que o mundo jamais viu. Então, qual é exatamente, a ligação entre sua hegemonia econômica e seu poder militar? Esta pergunta pode parecer simplória, até verificarmos como é difícil identificar os objetivos de qualquer aventura militar estadunidense. De fato, o que é mais surpreendente na doutrina militar estadunidense, hoje mais do que nunca, é a ausência de qualquer objetivo claro. Voltarei a isso mais adiante. Por ora, basta se perguntar para que serve uma força militar imperial, se não para capturar colônias e derrotar rivais imperiais. Mais especificamente, por que uma potência imperialista não-colonial precisa de uma força militar tão desproporcionalmente poderosa, em especial uma potência imperialista que parece distante, ao menos num futuro previsível, de uma guerra com seus competidores?

A natureza do poder capitalista

Para responder essa questão, precisamos conhecer a natureza específica do poder capitalista. Antes de tudo, sabemos como ele opera no nível da exploração de classe. O capital pode explorar o trabalho sem recorrer diretamente ao que Marx chamava de força extra-econômica – por exemplo, os poderes militar, político ou jurídico que constituíam o poder da exploração econômica dos senhores feudais. No capitalismo, são os imperativos econômicos – a compulsão da ausência de propriedade – que forçam os trabalhadores a vender sua força de trabalho por salário e tornam possível ao capital exercer poder sobre eles. O modo capitalista de exploração opera não por meio do poder coercitivo direto, mas da mediação econômica do mercado. Há evidentemente formas de coerção no local de trabalho, mas a característica distintiva da dominação capitalista é o poder exercido não diretamente pelos capatazes, mas pelos mercados; e o que torna isso possível é a dependência dos produtores diretos no mercado.

Assim, é a natureza específica da dominação de classe no capitalismo que o diferencia das outras formas. E há uma diferença análoga entre o imperialismo capitalista e as formas pré-capitalistas. Assim, o imperialismo pré-capitalista era o exercício direto da força coercitiva para capturar território, extrair trabalho ou recursos de povos dominados, ou ganhar o controle de rotas de comércio. O império romano utilizou-se abertamente da conquista de territórios, principal-

mente em benefício dos interesses da oligarquia agrária. O império espanhol criou uma nova oligarquia de conquistadores na América do Sul, a qual explorava trabalho indígena, ao passo que a economia doméstica na Espanha dependia cada vez mais do ouro e da prata extraídos das colônias. Impérios comerciais como o império árabe-muçulmano, os impérios holandês e veneziano usaram seu poder para controlar rotas de comércio ou impor monopólios. E assim por diante.

Decididamente não estou sugerindo que os poderes capitalistas não estiveram profundamente envolvidos neste tipo de imperialismo. O império britânico fez isso, e muito mais. Contudo, o ponto é que o capitalismo criou sua própria forma distintiva de hegemonia imperial, nunca antes possível. Da mesma forma que a exploração de classe capitalista, esta forma capitalista de exploração reside não tanto na coerção direta, mas na dependência dos atores econômicos no mercado e na capacidade do poder imperial de manipulá-lo.

É verdade que as economias subordinadas se tornaram dependentes do mercado, assim como os produtores diretos foram obrigados a ser dependentes do mercado pela expropriação, a fim de produzir uma classe trabalhadora capitalista. Essa transformação na direção do mercado foi, com frequência, uma empresa altamente violenta – embora, hoje isso ocorra mediante o chamado “ajuste estrutural”. Mas, uma vez concluído, boa parte do trabalho do imperialismo pode ser realizada pelas operações do mercado, por meio do controle dos sistemas financeiros, da dívida etc. E, no final das contas, qualquer economia capitalista, suficientemente dominante para realizar sua tarefa imperial, vai preferir este modo econômico de dominação imperial – como em geral o fizeram os EUA – ao invés da custosa e perigosa prática do domínio colonial direto. É verdade que levou um bom tempo para o aperfeiçoamento deste tipo de império. Os britânicos nunca o conseguiram. Mas os EUA, de certo modo, o fizeram, ao menos desde a II Guerra Mundial.

Poder econômico e poder político. As falácias de Hardt e Negri

Mas aqui chegamos a um problema. O capitalismo cria um tipo peculiar de relação entre o poder político e o econômico. Num certo sentido, o capitalismo é o único sistema onde se pode falar de um poder econômico, distinto e separado do político ou militar. Isto obviamente não significa que as outras formas sociais não sejam decisivamente moldadas por suas condições materiais de existência e reprodução social. O que afirmo é que o capitalismo é o único sistema onde se pode falar de uma esfera “econômica” distinta, o único sistema onde existem imperativos puramente econômicos: os imperativos do mercado, os imperativos da competição e da maximização dos lucros etc. Isto também significa que o capitalismo é a única forma social que pode sistematicamente ativar o poder da explora-

ção e acumulação para além dos limites da dominação direta política ou militar. Nas formas não-capitalistas – não importa quanto de excedente é produzido pelos produtores diretos –, a capacidade das classes exploradoras para se apropriar dele não podia ir além dos limites impostos por seus poderes extra-econômicos, o poderio político, jurídico e militar.

E, no entanto, o capitalismo não consegue nada sem o apoio do poder extra-econômico. A capacidade do capital de impor seu poder econômico em tão ampla escala depende de sua habilidade de se livrar das limitações da dominação política e militar. Mas, ele ainda precisa da ajuda dos poderes político e militar, para manter a ordem social e criar as condições para a acumulação de capital. De fato, o capitalismo, mais do que qualquer outra forma social, precisa de uma elaborada, estável e previsível ordem legal, política e administrativa. O fato de que o capitalismo prospere ao se desprender do poder extra-econômico significa que ele precisa confiar em poderes políticos e militares externos a si próprio para prover aquela ordem. Acima de tudo, ele confia em um poder estatal separado. Em outras palavras, as mesmas características que capacitam o capital a estender seu poder econômico para além do Estado-nação são as características que o fazem dependente de algo semelhante como o Estado moderno.

Dizem-nos regularmente hoje em dia que a chamada “globalização” torna o Estado-nação irrelevante. Fala-se muito também na dita “governança global”. O pressuposto parece ser o de que a relação entre a economia e o Estado é uma relação muito simples e mecânica entre base e superestrutura: uma economia global necessariamente significa uma governança global, se não um Estado global. É claro que essas teorias reconhecem que as formas políticas adaptaram-se muito lentamente à economia global. Mas o argumento parece ser que, no mínimo, há uma relação inversa entre o alcance global do poder econômico e a importância do Estado-nação ou qualquer tipo de Estado territorial.

Isto não é apenas uma idéia defendida pelos teóricos convencionais da globalização. Encontra-se também na raiz da teoria atualmente mais festejada do *Império*, nome do livro de Michael Hardt e Antonio Negri. Todo o argumento desta obra é baseado na premissa de que a expansão do capital global significa o desenvolvimento de um novo tipo de soberania. “Nossa hipótese básica”, dizem os autores, “é de que a soberania tomou uma nova forma, composta de uma série de organismos nacionais e supranacionais unidos sob uma única lógica de dominação. É a esta nova forma global de soberania que damos o nome de Império” (p. XII). Seu primeiro sintoma é “a soberania declinante do Estado-nação e sua crescente inabilidade para regular as mudanças econômicas e culturais”. Destacamos uma formulação importante: “No espaço plano do Império, não há lugar de

poder – ele está em todo e em nenhum lugar. O Império é uma *u-topia*, ou efetivamente um *não-lugar*” (190).

Deixando para o momento seguinte a discussão das implicações políticas desse argumento, importa aqui afirmar que esta idéia da relação entre poder econômico e político no capitalismo global está redondamente equivocada. O capital não depende menos do que antes dos Estados territoriais. De certa maneira, depende ainda mais e, certamente, o mundo é mais do que nunca um mundo de Estados-nações. O capitalismo não criou o Estado-nação, mas não se trata de uma casualidade que o período em que os imperativos capitalistas se disseminaram até abranger todo o planeta seja também o período no qual o Estado-nação tenha se tornado, no cômputo geral, a forma política mais ou menos universal.

Entendo que a ordem legal, política e administrativa de que o capital necessita não pode simplesmente dar conta do objetivo do poder econômico do capital, e não posso imaginar um dia em que isto venha a ocorrer. Certamente, é verdade que os Estados-nações estão sendo obrigados a responder às demandas do capital global. Também é verdade que certos princípios sociais, legais e administrativos tornaram-se internacionalizados a fim de facilitar os movimentos do capital através das fronteiras nacionais. É verdade igualmente que há organizações internacionais que fazem o trabalho do capital global. Se isso significa afirmar que há uma “internacionalização” do Estado, não faria maiores objeções. Mas sejamos claros: os instrumentos principais da governança global ainda são, predominantemente, os Estados-nações.

Então, precisamos ser bem claros quanto à importância permanente e crítica dos Estados territoriais para o sistema capitalista. Mesmo se não vivêssemos num mundo de desenvolvimento desigual, seria difícil – na verdade, impossível – imaginar algo remotamente parecido com a organização global da ordem finamente sintonizada que o capital exige. Contudo, vivemos efetivamente em um mundo de desenvolvimento desigual. E aqui há uma outra razão para a coexistência de uma economia global com um sistema fragmentado de Estados locais. Dizem-nos habitualmente que a assim chamada globalização significa uma economia integrada, mas não é assim. Não nego que há uma significativa interdependência entre as economias nacionais e que os movimentos do capital têm repercussões ao redor do mundo. Mas não existe nada parecido com o tipo de economia unificada criada por um mercado realmente integrado, onde todos os atores econômicos estão sujeitos aos mesmos imperativos e às mesmas pressões competitivas. Se houvesse semelhante integração, não veríamos ao redor do mundo disparidades tão monstruosas de salários, preços e condições de trabalho.

Globalização como forma do imperialismo

A questão aqui, entretanto, não é que a globalização ainda está incompleta. É que a globalização como nós a conhecemos – a globalização como uma forma de imperialismo – *necessita* desse tipo de fragmentação das economias. Ela incentiva e se fortalece na diferenciação da economia global. Entre outras coisas, é isso o que torna possível que o capital possa explorar regimes de mão-de-obra barata. Assim, uma das funções úteis do Estado territorial é que ele encerra as economias desigualmente desenvolvidas, controla os movimentos do trabalho e assim por diante.

O ponto básico é que o capital global se beneficia daquilo que chamamos de globalização, mas ele não a *organiza* e nem pode fazê-lo. Alguns pesquisadores demonstraram mesmo que as corporações globais não conseguem sequer organizar suas próprias operações internacionais, quanto mais a economia global. De qualquer forma, precisam dos Estados para organizar o mundo para elas e, quanto mais global a economia se torna, mais os circuitos econômicos são organizados por Estados e relações inter-estatais. São Estados, e não organizações internacionais como o FMI ou a OMC que são indispensáveis ao capital global.

O que tudo isso quer dizer é que a relação entre o poder econômico e o poder político no capitalismo, entre o capital e o Estado, não é somente uma simples relação mecânica em que a superestrutura reflete a base. É uma relação contraditória. E somente agora começamos a ver as implicações dessa contradição. Na medida em que havia uma ligação mais ou menos clara entre economias nacionais e Estados nacionais, essa contradição, ou potencial contradição, era mais ou menos controlável. Agora, a desconexão está se tornando bastante visível. Ainda uma vez, a questão não é que o capital escapou dos limites do Estado-nação e o tornou irrelevante. Se fosse realmente verdade que o capital global cria uma compulsão por um Estado global correspondente, não estaríamos aqui falando das contradições. Mas se o capital global realmente precisa de Estados territoriais – como eu insisto que ocorre – então temos aí realmente um problema.

O que estou argumentando é que o novo imperialismo, o imperialismo atual dos EUA, é uma realidade complexa e contraditória. Sua essência é uma ordem econômica global administrada por um sistema de múltiplos Estados locais. E não é preciso muita imaginação para ver que isto pode ser a fonte de graves instabilidades e perigos para o domínio do capital global. Não deveríamos nos surpreender se hoje o *hegemon* imperial sente-se compelido a confrontar a contradição tentando controlar o sistema de múltiplos Estados. Nem ficar surpresos pelo fato de a força militar desempenhar um papel importante nesses esforços.

Mas é aqui que sérios problemas nessa estratégia imperial começam a emergir. Nos dias do imperialismo clássico, era razoavelmente clara a razão de ser da força militar. Afinal, não havia nada de misterioso sobre a função da guerra na

conquista de colônias ou nas rivalidades interimperiais relativas a territórios coloniais. Mas a que precisamente serve esta força militar no novo imperialismo? Qual exatamente é sua função na manutenção da hegemonia do capital global?

As razões da poderosa força militar norte-americana

O problema mais elementar é que mesmo uma força militar tão poderosa quanto a dos EUA não pode estar ativa em todo lugar todo o tempo; e, de qualquer modo, a desordem social ocasionada pela guerra constante em várias frentes seria contraproducente para a acumulação de capital. Outro problema ainda mais básico é que o objetivo da força militar não é mais algo tão claro e bem definido como a captura de algum território identificável ou a derrota de um rival particular. Qual é a função da força militar em controlar um sistema de múltiplos Estados cujo papel é manter a ordem numa economia global? Como colocar aqueles Estados na linha sem lhes negar a capacidade de fazer seu trabalho para o capital global?

Na realidade, a situação é ainda mais complexa. A competição capitalista é bem mais complexa do que a pura e simples rivalidade de soma-zero sobre territórios coloniais. É pouco plausível que as grandes potências capitalistas atuais entrem em guerra umas com as outras, mais não fosse porque, por mais que suas economias sejam prejudicadas pela competição, elas precisam umas das outras enquanto mercados e fontes de capital. Assim, a hegemonia imperial no mundo do capital global depende de controlar os competidores sem entrar em guerra com eles.

Penso que o que estamos assistindo hoje no regime Bush é uma resposta a essas contradições. A doutrina Bush é uma doutrina de guerra sem fim, guerra sem objetivos específicos e sem limites no espaço e no tempo. Como já disse, certamente não negaria que esse governo é temerário na implementação de sua doutrina e que provavelmente, no final das contas, isso será autodestrutivo. Contudo, mesmo que reconheçamos que o regime Bush levou a doutrina militar estadunidense a novos e insustentáveis extremos, é difícil imaginar uma doutrina fundamentalmente diferente para servir ao projeto de hegemonia imperial nesse tipo de mundo. O extremismo do atual governo pode estar solapando seu próprio projeto, mas a doutrina da guerra sem fim, em seus propósitos ou seu tempo, não é propriamente nova. Na verdade, é difícil imaginar que outro tipo de doutrina poderia sustentar a hegemonia do capital global estadunidense numa economia global administrada por muitos Estados locais. E os governos anteriores ao de Bush apresentaram nada muito diferente. É só lembrar do modo como o governo “mais benigno” de Clinton ampliou os horizontes da guerra, com sua noção da chamada guerra “humanitária”.

Qualquer projeto de hegemonia imperial num sistema global administrado por múltiplos Estados exigirá poder militar para desempenhar uma variedade de

diferentes funções, nenhuma das quais é nítida e autolimitante. As tarefas da força militar num projeto dessa natureza tendem a ser sem fim, a não ter objetivos específicos, resolução final ou estratégia de retirada. Com certeza, há objetivos óbvios, como o controle de reservas de petróleo ou a mudança de regime para a instalação de um poder estatal subserviente. Mas esses objetivos relativamente bem definidos são, pensando bem, apenas uma pequena parte do que é preciso ser feito para sustentar este tipo de hegemonia global. No mínimo, porque há relativamente poucos candidatos sérios à mudança de regime por meio da guerra.

Não me refiro apenas ao risco dos EUA e seus aliados se baterem contra uma Coreia do Norte, um adversário realmente arriscado, e não contra um perigo falso como o Iraque. Refiro-me também aos problemas de invadir certos países que, do ponto de vista estadunidense, se “desviaram” – não Estados falidos ou vilões, mas aqueles que poderíamos considerar mais normais e da corrente principal. Tome-se, por exemplo, o caso do Brasil. Suponhamos que Lula da Silva, ao invés de seguir os conselhos dos economistas neoliberais, fizesse o que esperávamos que ele fizesse e desse um exemplo para as forças oposicionistas em todo o mundo. Os EUA não ficariam muito felizes. Mas, me parece, que muitas coisas poderiam acontecer, menos, uma invasão do Brasil por parte dos EUA – embora é claro, possa, lamentavelmente, me equivocar a respeito disso.

Então, quais outros objetivos que estariam disponíveis para as ações militares? O assim chamado “efeito demonstração” é sempre – e cada vez mais – um ponto a considerar: a exibição ao mundo de que a força militar estadunidense pode ir a qualquer lugar e a qualquer momento. Justamente porque os EUA não podem estar em todo lugar todo o tempo e porque não podem estabelecer, por meio de uma guerra constante, um sistema de Estados subservientes, eles precisam mostrar sua supremacia militar com certa regularidade. O efeito demonstração pode ser mais bem atingido quando é utilizado numa guerra contra ameaças não-existentes, contra alvos escolhidos precisamente porque não colocam ameaça real aos EUA, podendo ser derrotados facilmente, e oportunamente, e, no plano ideal, num lugar onde os EUA não se importariam muito com o que poderia acontecer ao adversário.

É, por exemplo, o que aconteceu no Afeganistão. E também se pode dizer que, em grande medida, é também o que aconteceu no Iraque. Há, obviamente, a questão do petróleo e da consolidação da presença militar dos EUA na região, ao mesmo tempo em que saíam da Arábia Saudita. Entretanto, penso ser seguro dizer que, quaisquer que pudessem ser os outros objetivos dos EUA, um dos seus principais objetivos era, em suas próprias palavras, “chocar e apavorar” – não somente chocar e apavorar Saddam Hussein ou mesmo outros regimes recalci-trantes na região, mas também chocar e apavorar o mundo inteiro, até mesmo seus próprios aliados. O regime Bush escolheu o Iraque não por ele representar

uma ameaça aos EUA ou seus aliados, mas, ao contrário, porque ele não representa de forma alguma uma ameaça e a assim chamada coalizão poderia “chocar e apavorar” com o menor risco a si mesma.

A tarefa mais difícil, entretanto, é manter as relações hegemônicas corretas com os competidores amigos. Por duas razões, o problema é mais difícil do que nunca para os EUA. Por um lado, o desaparecimento da União Soviética privou o Ocidente de um inimigo comum e tornou igualmente mais difícil para os EUA o controle de seus aliados. Mesmo depois da II Guerra Mundial, quando os EUA gozavam de uma hegemonia econômica basicamente inquestionável, era nas alianças encabeçadas por eles próprios, como a OTAN, que confiavam para manter sua dominação sobre as outras potências capitalistas. Hoje, a situação é mais complicada, porque a hegemonia econômica estadunidense não é mais tão inquestionável como costumava ser. O que significa que os EUA tendem a confiar mais fortemente que nunca em sua inquestionável supremacia militar, mas o fazem justamente no momento em que não há mais objetivos militares claros a ser perseguidos, nem mesmo um óbvio inimigo comum. Evidentemente, eles tentaram reproduzir os efeitos da Guerra Fria com a chamada “guerra ao terror”. Mas, esta não era uma tarefa convincente para uma força militar maciça. O máximo que os EUA foram capazes de fazer – e esta é a meta explicitamente formulada da doutrina Bush – foi tornar sua força militar algo *tão* maciço que nenhum rival potencial sequer sonharia em desafiá-la ou fazer-lhe frente enquanto potência global ou mesmo regional. E exibir tal força em intervalos freqüentes.

Afinal, a supremacia militar não pode ser suficiente – especialmente quando o poder dominante não pode entrar em guerra contra seus principais competidores. Entretanto, ao menos, o poder militar maciço tem um efeito intimidatório. Assim, os EUA tudo fazem para impedir que seus aliados desenvolvam forças militares independentes. Os aliados aceitam deixar aos Estados Unidos o papel de “polícia do mundo” em favor do capital global. Não obstante, a alegação – que ouvimos com freqüência – do fracasso da Europa em jogar seu peso na aliança esconde o fato de que os EUA preferem que seus aliados fiquem em seus lugares e tudo fazem para garantir isso. Quando os EUA encorajam alguma reforma militar na Europa, ela é proposta de modo a deixar a supremacia estadunidense intacta – por exemplo, a “modernização” da OTAN, que terá o efeito de tornar as forças européias ainda mais dependentes dos EUA, dos sistemas técnicos e de comunicação estadunidenses, de modo que, fora da aliança, elas só poderão operar de maneira parcial. No final das contas, que possibilidade ou incentivo há, onde quer que seja, para se tentar fazer frente à poderosa e ostensiva força militar dos EUA?

As contradições do poder imperial. Os equívocos do derrotismo

Primeiro, as más notícias. Estou certa de que ninguém ainda precise ser convencido de que essa estratégia imperial representa um imenso perigo para todo o mundo. O projeto de hegemonia global impele os EUA a revolucionar constantemente os instrumentos de guerra; e, sabemos, esses instrumentos são inúteis se não forem testados e utilizados.

Mas aqui também há boas notícias. Suponhamos que seja verdade que a hegemonia econômica global implique a crescente irrelevância dos Estados territoriais. Suponhamos, então, que Hardt e Negri estejam certos acerca da emergência de uma nova forma de “soberania” que estaria desbancando o Estado. Quais seriam as implicações políticas?

Os dois autores esclarecem quais seriam essas implicações – e tenho que admitir que, ao menos neste ponto, eles têm razão. Eis o que eles dizem sobre as implicações de um mundo onde não há, em suas palavras, “nenhum lugar de poder”, um mundo onde o Império é um “não-lugar”:

A idéia de contrapoder e a idéia de resistência contra a moderna soberania em geral torna-se cada vez menos possível (...) Um novo tipo de resistência que seja adequada às dimensões da nova soberania deve ser encontrado (...) Hoje, também, podemos ver que as formas tradicionais de resistência, tais como as organizações institucionais dos trabalhadores desenvolvidas ao longo da maior parte dos séculos XIX e XX começaram a perder seu poder (308).

Pensem com cuidado no que isso significa. Sugerem eles que não há concentração identificável de poder capitalista no Império global de hoje. Isso significa, igualmente, que não há contrapoder possível. Acima de tudo, as lutas políticas, em geral, e os partidos das classes trabalhadoras, em particular, são hoje irrelevantes. Hardt e Negri são também muito críticos das forças oposicionistas que se concentram nas lutas locais e nacionais, que também consideram como irrelevantes. Assim, que tipo de resistência é possível? Desafio qualquer um a examinar o livro de Hardt e Negri e encontrar qualquer relato convincente de oposição eficaz. O que encontramos é uma conversa mítica sobre como um Império que está em todo e em nenhum lugar pode ser atacado em qualquer ponto – principalmente por meio da mudança de subjetividades. Muitas pessoas leram este livro como um manifesto otimista em favor do movimento anticapitalista. Contudo, para mim é muito menos convincente como manifesto para uma nova estratégia anticapitalista do que como defesa derrotista da impossibilidade de oposição.

Meu ponto aqui é que já a primeira premissa deste derrotismo está errada. Concordo que, se o Império realmente for um não-lugar, em todo e em nenhum lugar, o jogo está a nosso favor, os socialistas. Entretanto, o que argumento aqui é que o império continua a ser um “lugar” como sempre foi e que há, sem dúvida, visíveis concentrações de poderes capitalistas, que o Estado é mais do que nunca um ponto de concentração de poder capitalista, é que o contrapoder não somente é possível como necessário.

O lugar principal do poder capitalista é, evidentemente, os Estados Unidos. Mas o que eu venho tentando sugerir aqui é que o poder imperial depende não somente de seu próprio Estado doméstico, mas de todo um sistema global de múltiplos Estados. Isso significa que cada um desses Estados é uma arena de luta e um potencial contrapoder. Nem é preciso dizer que as lutas no coração do império teriam os efeitos mais formidáveis. Mas cada Estado do qual depende o capital global é um importante alvo para as forças oposicionistas e a solidariedade internacional. Protestos contra as cúpulas da OMC e do G-8 podem certamente mudar o clima político. Contudo, no final das contas, não há substituto para a oposição politicamente organizada contra o poder do capital organizado em Estados-nações.

A luta política organizada pode parecer mais difícil atingir do que o tipo de oposição simbólica que nem mesmo se reivindica um contrapoder. Mas negar a relevância e até mesmo a possibilidade daquele tipo de luta política me parece uma conclusão muito pessimista. Efetivamente significa que o capital global não oferece alvos visíveis e nenhuma real possibilidade de luta. Significa que não há muito que fazer, exceto ceder à realidade do capitalismo e, na melhor das hipóteses, recusar o sistema apenas em nossos corações. Esta, porém, não é minha convicção.

WOOD, Ellen Meiksins. Imperialismo dos EUA: hegemonia econômica e poder militar. *Crítica Marxista*, São Paulo, Ed. Revan, v.1, n.19, 2004, p.49-61.

Palavras-chave: Imperialismo; EUA; Hegemonia econômica; Poder militar.